

# Almoço de FHC tem pressão da Justiça como prato do dia

CORREIO BRAZILIENSE

05 JUN 1996

*Desembargadores põem à mesa insatisfação com o teto salarial proposto pelo relator da reforma administrativa*

O almoço oferecido ontem pelo presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, acabou virando uma sessão de pressão de juízes contra a reforma administrativa, na parte que atinge o Judiciário. Seis desembargadores monopolizaram as discussões, recusando-se a aceitar a proposta de um teto salarial diferenciado por estado, a ser fixado pelos governadores.

A pressão dos desembargadores recaiu sobre o relator da proposta de reforma, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), que também havia sido convidado por Luís Eduardo. Originalmente, foram convidados para representar o Judiciário, além de Pertence, o presidente da Associação dos

Magistrados do Brasil (AMB), desembargador Paulo Medina, e o presidente do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, desembargador José Fernandes.

## PENETRAS

Mais cedo, porém, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, praticamente impôs ao presidente da Câmara sua presença no almoço. Em seguida, Moreira Franco pediu que fosse convidado também o representante do Rio, desembargador Gama Malcher, que por sua vez convidou todos os presidentes de tribunais estaduais do país.

Desfeita a confusão, o representante do Paraná e o de Santa Catarina, Napoleão Xavier do Amarante, não aceitaram ser "desconvidados". Nascimento procurou então Luís

Eduardo e apelou para ser incluído na mesa. O presidente da Câmara atendeu. Estavam presentes também o ministro de Coordenação Política, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), e o líder do governo na Câmara, Benito Gama (PFL-BA).

Moreira Franco admitiu que os conflitos entre Executivo e Judiciário em vários estados estão trazendo mais dificuldades para que se restabeleça a autonomia federativa e a independência entre os poderes. Durante o almoço, os representantes do Judiciário concordaram com a proposta de se fixar, na reforma administrativa, um subsídio que substituiria, em um valor absoluto, os salários de agentes políticos e membros dos poderes.

## TENSÃO

Os desembargadores, entretanto, discordam da competência que se quer dar a governadores e prefeitos de fixarem os tetos salariais nos estados e municípios. O resultado disso, segundo eles, será um "achatamento" dos salários pagos hoje à cúpula do Judiciário, que em muitos casos ultrapassam o teto atual, salário do

presidente da República (R\$ 8 mil).

Na proposta de reforma, Moreira deixa a cargo dos chefes do Executivo a definição do teto, em função da arrecadação estadual e dos gastos com a administração pública. "Não fui eu quem inventou a questão federativa; o Brasil fez essa opção há mais de cem anos", justificou Moreira.

Em vários estados, é tenso o clima entre Executivo e Judiciário. Em Alagoas, o governador Divaldo Suruagy não paga o Judiciário há quatro meses. Em Mato Grosso e Goiás há também problemas no repasse de verbas para o Judiciário. No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça recusou-se a cumprir o teto de R\$ 6 mil fixado pelo governador Antônio Britto.

Para piorar o clima, foram lembradas as declarações do presidente Fernando Henrique durante sua viagem a Paris, ao concordar que o Judiciário, às vezes, toma decisões absurdas. A afinetada presidencial virou motivo de ironias. "É ciúme", brincou o ministro Pertence. "No fundo você gostaria de ser juiz e não é".

"Isso é delírio", respondeu rapidamente o presidente.